

Representações da Cidade Antiga

*categorias históricas
e discursos filosóficos*

Gabriele Cornelli (Org.)

A ORIGEM DA PÓLIS: OS CAMINHOS DA ARQUEOLOGIA

Archaeology and the Origins of the Greek Polis

Maria Beatriz Borba Florenzano¹

Não quero argumentar que os objetos materiais necessariamente implicam em instituições; como disse Alceu, não são as casas ou as paredes mas sim os homens que fazem uma cidade; mas há algumas instituições que pressupõem alguns traços físicos, e as instituições por si próprias são, afinal de contas, difíceis de ter seus contornos definidos.

A. Snodgrass (2006: 203)

Resumo: Ao reconhecermos que a definição de pólis² inclui necessariamente aspectos materiais tanto quanto aspectos institucionais, torna-se relevante compreender as formas de interação entre esses tipos de realidade. Nossa intenção neste breve artigo é apresentar um roteiro de alguns dos elementos materiais que emolduram o cenário do aparecimento da pólis na Grécia do século VIII a.C. Por outro lado, procuraremos mostrar que esse cenário não é apenas uma moldura estática, mas trabalha no sentido de consolidar a integração do grupo, de criar e reforçar identidades. Mostraremos como elementos materiais que mais tarde foram reconhecidos como indispensáveis na caracterização da cidade grega, tais como o templo e o *herôon*, estiveram presentes já nos primeiros momentos da pólis, agindo na configuração institucional do que hoje chamamos de cidade grega antiga. O conteúdo desta comunicação insere-se no conjunto de pesquisas do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Labeca/MAE/USP).

Palavras-chave: cidade antiga, pólis, arqueologia, Grécia.

Abstract: The main goal of this article is to present some of the ways Archaeology can contribute to the knowledge of the emergence of Greek *póleis*. Following a concept of the Greek polis which includes not only an institutional reality but a physical one as well, we try to present concisely the results of researches that have been going on for the last three decades concerning the monumentalization of temples, the installation of *heroa*, and the orthogonal planning in new *apoikiai*.

Keywords: the Ancient City, *polis*, Archaeology, Greece.

¹ Professora Titular de Arqueologia Clássica, Coordenadora Geral do Laboratório de Estudos Sobre a Cidade Antiga/Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Labeca/MAE/USP).

² Para a normatização das palavras gregas em português seguimos o Glossário elaborado pelo Laboratório de Estudos Sobre a Cidade Antiga. Disponível em pdf no *site* www.mae.usp.br/labeca, aba glossário. No caso de palavras já dicionarizadas, utilizamos a forma de acordo com o que consta no *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2008).

A origem da pólis: quando?

A realidade que conhecemos tão bem por documentos escritos antigos dos séculos V e IV a.C.,³ e que emoldurou a vida social e política da Grécia – a pólis – teve suas bases lançadas muito antes dessa época, em torno dos séculos IX-VIII, quando a literalidade apenas se fixava nessa região. Na verdade, os primeiros textos escritos com o alfabeto grego, como os de Homero e os de Hesíodo, não se referem explicitamente à pólis. Portanto, nosso conhecimento sobre o aparecimento dessa formação sociopolítica depende em grande medida da Arqueologia e dos documentos materiais contemporâneos aos acontecimentos e descobertos pelas pesquisas arqueológicas. É essa disciplina que pode nos elucidar um pouco a mais a respeito do processo de nascimento da pólis. E as pesquisas arqueológicas mostraram e continuam a mostrar que foi nos anos setecentos que apareceram os primeiros sinais mais claros do surgimento de um tipo de organização social, política e material que passou a ser chamada pelos gregos antigos de pólis.

Pelo fato de ser a Arqueologia uma disciplina que lida com os documentos materiais, não temos como fugir de um conceito de pólis que incluía aspectos materiais, físicos, concretos dessa realidade passada. O que ocorreu no século VIII na Grécia, em termos de mudanças sociais, políticas e econômicas, envolveu uma materialidade difícil de ser ignorada se quisermos compreender esse mundo helênico. É como nos diz o grande arqueólogo inglês, Anthony Snodgrass:

Os desenvolvimentos excepcionais do século VIII na Grécia – é verdade – parecem estar centrados em torno de uma idéia abstrata: a nova concepção de Estado. Mas, os avanços materiais e técnicos associados a essa idéia logo desenvolveram um 'momentum' próprio. É difícil decidir se algum deles deveria ser tratado como avanço independente e necessário sem o qual os outros teriam sido suficientes. (Snodgrass, 1980: 49)

Assim, é indispensável esclarecer logo de início que aderimos a um conceito de pólis não restritivo, que não se limita a uma abstração institucional. Esse conceito não restritivo de pólis considera também a maneira como os próprios gregos usavam essa palavra. Lembro aqui as pesquisas de Mogens Herman Hansen, do *Copenhagen Polis Centre*, que, em levantamento exaustivo sobre a quantidade ou o contexto em que a palavra *pólis* é usada em textos gregos antigos (incluindo a documentação epigráfica), conclui que, em 98% dos casos, os gregos usavam o termo *pólis* para se referir a um conjunto formado por um assentamento populacional mais uma comunidade política. Dessa maneira, podemos considerar que assentamento – no sentido de uma população assentada, ocupando um território –, somado à comunidade política são dois elementos inextricavelmente unidos em nossa compreensão do que

³ Todas as datas que aparecem neste texto devem ser entendidas como antes de Cristo (a.C.).

fosse a pólis. O referente desses dois elementos é o mesmo, é único. De acordo com Hansen:

Então, a pólis era em parte um Estado em parte uma cidade. A palavra *pólis* tem dois significados diferentes: quando ouvimos que um rio corre através de uma pólis, não percebemos que pólis pode também significar um Estado e, quando uma aliança é feita entre um conjunto de pólis, não percebemos que a aliança é entre cidades. Entretanto, os dois significados são inextricavelmente ligados, porque eles têm o mesmo referente (...) (Hansen, 2006: 59).

Devemos considerar esse ponto fundamental se quisermos compreender que a materialidade da pólis constituía uma moldura para as atividades dos seus membros. Mas, lembremos que não se trata de uma moldura estática. Os aspectos físicos da pólis eram o reflexo daquela formação social e política, mas, no caminho de volta, condicionavam o comportamento humano, marcando suas ações e suas decisões, criando elementos que permitiam a integração da comunidade, instalando marcos de identidade nos quais o grupo se reconhecia.

A origem da pólis: o quê?

As pesquisas arqueológicas no mundo grego – e com o uso da expressão mundo grego queremos nos referir não apenas à Grécia balcânica, mas também à Grécia ocidental e à Grécia do leste – mostram-nos com alguma clareza alguns elementos materiais do surgimento de uma organização de grupos populacionais em torno de objetivos comuns, no decorrer do século VIII. Para o propósito deste artigo, escolhemos dentre esses elementos alguns dos mais emblemáticos: o surgimento do templo, o aumento das oferendas nesses templos em detrimento das oferendas em sepulturas, o posicionamento do templo em relação ao assentamento e a instalação de *herôa* no centro dos assentamentos.

O templo

Podemos considerar o templo como marca registrada da civilização grega até os dias de hoje. Basta ver o *frisson* que existe em torno do Partenon, templo da deusa Atena, em Atenas, cuja construção original data do século VI. O Partenon é um dos pontos mais visitados pelos turistas contemporâneos. Recentemente foi inaugurado um museu moderníssimo para abrigar fragmentos de sua construção e para expor ao público em geral todas as fases de sua história; gastou-se milhões de dólares em sua restauração; há listas e listas de assinaturas pedindo o retorno de suas famosas esculturas do Museu Britânico para Atenas. Podemos mesmo dizer que, até hoje, a Grécia moderna constrói sua identidade e mobiliza a comunidade internacional usando um monumento – justamente um templo – fabricado há mais de dois mil anos. Outro elemento que demonstra como os templos são a marca registrada da

civilização grega antiga é o uso corrente que se faz, em qualquer parte do mundo, da coluna grega (dórica ou jônica), elemento arquitetônico sobretudo dos templos antigos, como indicador visual do que é grego.⁴

Pois bem, a Arqueologia registra que o templo é a primeiríssima construção, o primeiro edifício a ser monumentalizado na Grécia do século VIII. A monumentalização do templo significa que este foi o primeiro edifício que passou a ser construído em material permanente – a pedra – o que não ocorria com nenhum outro tipo de edifício nessa época. Mas este não é o único elemento da monumentalização do templo: os achados mostram a existência de projetos arquitetônicos em que proporções são planejadas e nos quais estava prevista a criação de um discurso visual por meio do posicionamento de esculturas arquitetônicas. A monumentalização do templo grego significa ainda que havia um esforço coletivo para a sua construção, implicando em algum tipo de autoridade que gerenciasse o controle e a organização desse esforço. É evidente que a existência dessa autoridade implicava também a existência de um Estado e a instalação de um culto promovido por esse Estado. Lembremos que o templo grego era a morada do deus; que servia de abrigo a sua estátua de culto e às oferendas que lhe eram trazidas pelos fiéis. O culto em si realizava-se em um altar em frente ao templo, também monumentalizado desde essa época tão remota.

Entre esses primeiros templos a serem monumentalizados e a receberem oferendas, podemos citar, como exemplo, o Heraion de Samos. Templo dedicado à deusa Hera na ilha de Samos, sua construção inicial data do século VIII, quando tinha 213 m². A arqueologia registra que antes do final desse mesmo século, ele já havia passado por uma reforma que o aumentava consideravelmente.

Outro exemplo muito citado nesse contexto é o do templo de Apolo Daphnephoros de Erétria, cuja construção é datada de c. 725. Ainda que esse templo, nessa data recuada, tivesse uma planta absidal e não retangular, como se tornou padrão para os templos gregos posteriormente, ele tinha, como o de Samos, cem pés de comprimento, perfazendo um total de 200 m² (Hall, 2007: 85).

Esses dois exemplos são muito referidos pela bibliografia em geral, mas, seguindo o exemplo de Snodgrass, podemos arrolar muitos outros templos vinculados a assentamentos incipientes e cuja monumentalização é datada do século VIII: o grande templo de Esmirna, e ainda os de Perachora, de Argos, de Micenas, de Dreros, de Mantinea, de Esparta (2006: 211-213, 283). Devemos ainda lembrar a instalação, no final do século VIII, de um templo na área que viria a ser posteriormente a agora de Mégara Hibleia na Sicília (Vallet; Villard; Auberson, 1976: 403-428).

⁴ Justamente pelo papel desempenhado na fantasia ocidental contemporânea, o Partenon recebeu inúmeros estudos, uns mais aprofundados, outros menos. Ver, da autora, *Pérides, o Partenon e a construção da cidadania ateniense*, disponível em: <http://www.mae.usp.br/labeca/pdf/Textos_aula/8-Partenon.pdf>. Entre as referências mais recentes devem ser consultadas as várias obras sobre o Partenon de Manolis Korres, professor de arquitetura e engenharia da Universidade Técnica Nacional de Atenas.

A menção a esses edifícios religiosos exemplares visa a apontar um caminho de pesquisas sobre o aparecimento e consolidação da pólis grega, o qual começou a ser trilhado há duas ou três décadas e que vem juntando cada vez mais peças a esse enorme quebra-cabeças. Caminho que merece ser ainda seguido na medida em que as inúmeras descobertas recentes da arqueologia venham a ser articuladas em uma interpretação mais ampla e coerente sobre o aparecimento e estruturação da pólis. Até onde chegam os nossos conhecimentos, o que se depreende a partir da edificação e da monumentalização desses edifícios em época tão recuada é que a religião e, sem dúvida, o culto estatal comum estiveram no centro da criação institucional da pólis e que tanto religião quanto culto atuaram sempre como elementos integradores da comunidade. A arqueologia, assim, demonstra a complexidade do acordo realizado entre os grupos que, a partir do século X ou IX, começaram a se organizar em comunidades autônomas às quais se deu o nome de pólis. A arqueologia mostra também que, ainda que estas comunidades fossem independentes entre si, a construção de templos e santuários constituiu um traço compartilhado, pelo menos desde o século VIII, entre as instalações helênicas não apenas na Península Balcânica, mas também no Mediterrâneo do Leste e do Oeste. É o que têm revelado, por exemplo, as pesquisas arqueológicas mais recentes realizadas nas pólis gregas da Magna Grécia e da Sicília.⁵

As oferendas no espaço comum do templo

Um aspecto importante do papel da religião e dos cultos religiosos a ser considerado na constituição da pólis incipiente é que, antes mesmo da edificação monumentalizada dos templos e santuários, ou seja desde fins do século IX, constata-se um aumento considerável e repentino de pequenas oferendas dedicadas em locais públicos que mais tarde receberiam a construção de santuários. Ao mesmo tempo, registra-se a diminuição dessas oferendas nos túmulos individuais. Fatos, estes, constatados por achados realizados em inúmeros santuários escavados: como em Delfos, em Delos, em Olímpia, no Monte Ptoon (Beócia); em Philia (Tessália), em Perachora, em Argos, em Lindos, na região ática. Em todos esses santuários, é marcante o aumento de oferendas de bronze – fíbulas, alfinetes, tripodes e figurinhas –, no início do século VIII, enquanto, nas sepulturas, registra-se, ao final desse mesmo século, a sua diminuição e até mesmo o seu desaparecimento (Snodgrass, 1981: 53-54; 2006: 15). A interpretação aceita sobre esses achados é que, entre o final do século IX e o VIII, ocorreu um favorecimento do culto comum em detrimento do culto individualizado a um morto específico. Interessa-nos constatar que uma oferenda consiste de uma imobilização de riqueza, sobretudo se lembrarmos que são, quase todas – nestes casos –, pequenos objetos de metal, matéria-prima que vinha de longe, fundamental naquela época para a fabricação de armas e

⁵ Para uma bibliografia atualizada sobre estas pesquisas, recomendamos consultar os textos disponíveis no *site* do Laboratório de Estudos Sobre a Cidade Antiga, www.mae.usp.br/labeca, na aba textos.

de ferramentas e, conseqüentemente, um importante marcador de valor e de prestígio. O seu aumento nos santuários comuns implica que a comunidade como um todo estava disposta e tinha recursos suficientes para valorizar mais a atividade religiosa de todos do que aquela individualizada.

Articulada à construção monumentalizada dos templos e santuários, a freqüência aumentada de ricas oferendas nesses mesmos edifícios aponta para a organização da comunidade em torno da religião: o culto a uma divindade comum integra a comunidade, confere-lhe uma identidade e promove a consolidação dos laços e compromissos negociados.

O templo na organização do espaço

Como mencionamos anteriormente, nossa definição de pólis passa pelo espaço territorial ocupado pela comunidade políade. Espaço que inclui todo o terreno ocupado, usado e organizado pela comunidade. A realidade territorial da pólis inclui não apenas a *ásty*, mais urbanizada e muitas vezes amuralhada, mas também a *khóra*, terreno aproveitável do ponto de vista da agricultura e ainda a *eskhatiá*, área periférica, limítrofe, de bosques e terrenos menos aproveitáveis sobretudo devido à distância que os separava da área mais central. A Arqueologia mostra como, desde o século VIII, a edificação dos templos não estava limitada às áreas urbanas e centrais do assentamento, mas estes foram também construídos no território, em meio à *khóra*. Há, com efeito, registros claros do posicionamento de templos no que seria a área central do assentamento, enquanto há também descobertas significativas de templos instalados em localidades distantes desse centro, longe da área mais densamente ocupada, no que chamaríamos propriamente de território. Na classificação mais recente elaborada pelos estudiosos, esses seriam os templos ou os santuários extra-urbanos (Marinatos, 1993: 230).

Mas, note-se que não apenas templos foram descobertos no território das pólis: outros edifícios religiosos, pequenos locais de culto, pequenos santuários, locais de grandes quantidades de oferendas religiosas, são escavados com freqüência na *khóra* de inúmeras cidades gregas. O conjunto dessas descobertas começa a mostrar a composição intencional de uma paisagem religiosa ao que tudo indica com a finalidade de marcação de fronteira ou mesmo de posse do território de uma pólis. A religião então, de forma pervasiva, mostra-se como um elemento indispensável na própria consolidação da realidade material da cidade grega no momento mais recuado de sua formação.

A questão do posicionamento de edifícios religiosos no território da cidade grega como marcadores de posse e como articuladores do espaço central com o espaço mais periférico foi pela primeira vez levantada pelo arqueólogo francês G. Vallet (1967). Retomada mais tarde por Fr. De Polignac (1984), essa hipótese tem sido discutida e complementada a cada nova descoberta. O contorno dado por Polignac à interpretação do posicionamento dos templos na origem da pólis grega prevê que um grande templo na área central da pólis se articularia com outros edifícios sagrados – monumentalizados – no território (Polignac, 1985 e 1995).

Assim, por exemplo, podemos considerar como centrais o templo da deusa Atena localizado desde época arcaica na acrópole de Atenas, em uma posição privilegiada, com vista para todas as direções da Ática; ou o templo dedicado à deusa Hera, em Samos, posicionado no núcleo central do assentamento; ou, ainda, o templo descoberto no espaço central de Mégara Hibleia, mencionado acima. Estes seriam exemplos de templos poliades, centrais.

Por outro lado, templos como o Heraion, na Foz do Rio Sele, a 8 km do centro de Poseidônia (Greco, 2008: 13-15); o Heraion do Cabo Lacínio, localizado a 11 km do centro de Crotona; o templo conhecido pelo nome de Tavole Palatine, localizado nas aforas da cidade de Metaponto (4 km); ou, ainda, o Heraion argivo, também distante de Argos 13 km ao nordeste, são exemplos de templos extra-urbanos, territoriais, de fronteiras (Hall, 2007: 86-87). O Heraion na foz do rio Sele, ao norte de Poseidônia e datado do século VI, por exemplo, não apenas marcava o território até onde devia ir a jurisdição da cidade, mas era um centro importante de culto, não apenas dos gregos, como da população interiorana não grega, que também por ali aparecia para deixar suas oferendas. Além disso, o fato de estar localizado na foz de um rio, facilitava a comunicação do interior com a cidade e vice-versa, ao mesmo tempo que controlava todo o movimento. No caso do Heraion de Argos, situado na planície argiva entre Argos, Micenas, Tirinto e Midea, a documentação arqueológica parece indicar que este foi sempre um local sagrado disputado por estas pólis, que o tomavam como marco de fronteiras, até finalmente ser controlado por Argos em 460 (Hall, 2007: 87). De toda forma, podemos considerar que sua posição no território marcava a posse da planície por Argos e por essas outras pólis diante das pretensões territoriais de Mégara e de Corinto (Polignac, 1995: 32 ss.).

O fato de se encontrarem tantos templos nas periferias dos núcleos urbanos, fora mesmo das muralhas, e o estabelecimento de elos espaciais (relação direta com as portas nos muros, por exemplo) entre esses e o assentamento demonstra como a definição de um território preciso estava na agenda dessas comunidades que começavam a se estruturar no que mais tarde foi conhecido pelo nome de pólis. A definição de um território implicava no estabelecimento de fronteiras que deviam ser reconhecidas por todos, membros da comunidade e vizinhos, e na reserva de terreno passível de emprego para a própria sustentação do grupo. Os dados arqueológicos nos permitem afirmar que este é um traço que, já no século VIII, despontava na primeira organização das pólis, e que, no século VII, estará plenamente consolidado.

Podemos concluir, assim, com bastante segurança, que – e esta é uma das opiniões mais aceitas atualmente entre os pesquisadores – estrategicamente situados nos confins dos assentamentos, esses templos tinham a função de marcar o território sob jurisdição de uma pólis emergente, como se fossem um marcador de posse; deviam também desempenhar a função de proteger esse território comum em relação aos ‘outros’, fossem eles gregos ou bárbaros. Em contrapartida, aceita-se hoje que o posicionamento desses templos nas fronteiras permitia a realização de uma passagem simbólica da pólis com o

exterior (Polignac, 1995: 32 e ss.). Podemos dizer ainda que os membros da comunidade, ao percorrerem o trajeto entre um templo central e um templo extra-urbano, durante as festividades ou durante os rituais de culto à divindade, ‘experimentavam’ o espaço de sua cidade, apossavam-se dele, e integravam-se com o conjunto dos demais membros da comunidade nessa posse sobre um terreno definido. Sentiam-se parte de um mesmo todo, a pólis.

A instalação dos herôa

Há ainda um outro elemento material vinculado aos aspectos simbólicos elaborados pela religião que marca a pólis incipiente: trata-se de uma estrutura construída denominada pelos gregos de *herôon*. Por definição, o *herôon* é um local de culto a um herói, ancestral, ou de alguém assumido por aqueles que o cultuam como um ancestral. Boa parte das vezes, essa estrutura se associa ao túmulo desse ancestral, túmulo verdadeiro ou representado. A ancestralidade do herói cultuado nesses locais relaciona-se quase sempre ao seu papel de fundador da pólis (Snodgrass, 1980: 38-40).

Um exemplo bem conhecido pelo documento textual e que pode ser elucidativo nesse contexto é o episódio narrado por Plutarco (séc. I d.C.), no qual Kimon, na Atenas do século V, promove a conquista da ilha de Skiron porque, afinal, lá estavam depositados os restos mortais de Teseu, responsável pelo sinecismo ático e conseqüentemente pelo início de Atenas como pólis. Diz o texto antigo que Kimon, depois de ter encontrado os restos mortais, ou seja os ossos de Teseu, ele os traz para Atenas em ato político de grande sensacionalismo (Plu., *Thes.*, XXXVI, 1-2; *Cim.*, VIII, 3-6).

Apela-se também com freqüência para as observações de Pausânias (século II d.C.) que em suas visitas às cidades na Grécia continental menciona a existência de vários *herôa* – que ele define sempre como sendo os túmulos de heróis fundadores – nas ágoras, praças centrais da pólis grega (Martin, 1951:194-196).

A passagem de Plutarco e as várias indicações encontradas em Pausânias a respeito da importância atribuída ao túmulo de um herói fundador são meros exemplos, entre tantas outras passagens referentes a essa prática, que são recuperáveis nos textos dos autores gregos de época clássica, helenística e também romana. Plutarco, mas sobretudo Pausânias, revela de forma genérica um *tópos* sobre a instalação do culto a um herói fundador na parte central da cidade grega. A arqueologia, no entanto, por suas descobertas, consegue pontuar o aparecimento desse *tópos* na tradição helênica e destrinchar o seu papel na própria origem da pólis.

As menções aos *herôa* em Plutarco e em Pausânias, e em tantos outros textos antigos, no fundo, reelaboram uma tradição muito mais antiga que, na verdade, parece ter tido início em torno dos séculos IX e VIII, na Grécia, quando, de acordo com as pesquisas arqueológicas, sepulturas da Idade do Bronze (na Ática, Beócia, Messênia e em algumas ilhas do Egeu) foram reabilitadas, recebendo oferendas e dedicações, indicando a atribuição de uma sacralidade passível de

ser cultuada. São túmulos de época micênica, de tempos antigos que haviam sido esquecidos e que agora, no século IX ou VIII, são recuperados recebendo um novo significado (Coldstream, 1976: 8-17). Lembremos que, durante esses séculos, o campo grego estava minado pela *stasis*, pela crise de falta de terras agriculturáveis e pela instabilidade política (como a própria colonização do Mediterrâneo ocidental no século VIII deixa entrever); e que foi durante esses séculos que teve início a reestruturação paulatina da sociedade em um novo modelo sociopolítico que embasaria a criação da pólis (Whitley, 2001, *passim*; Bintliff, 1999; Austin; Vidal-Naquet, 1972: 63 ss.).

Pois bem, alguns autores acreditam que, em uma época como essa, o processo de recuperação desses túmulos antigos por alguns grupos e de reconhecimento de que eles pertenciam a um seu ancestral deve ser interpretado no contexto da busca por legitimidade de posse de território. Busca por legitimidade que deve ser inserida em um contexto de criação de um discurso de 'autoctonia' e, portanto, de validação de um direito antigo de posse de terras. O respeito a um túmulo desse tipo por parte de todos, membros do grupo e também por aqueles externos ao grupo, representaria uma segurança à instalação de um grupo definido no local.

Mas, o interesse em tudo isso é que a arqueologia revela, igualmente, que também no Mediterrâneo ocidental, nas *apoikias* recém-fundadas a partir de 750 no sul da Itália e na Sicília, são encontrados túmulos dos que seriam heróis fundadores. São os casos bastante conhecidos do túmulo de Batos, o fundador de Cirene; do túmulo do fundador da pólis de Poseidônia; e daquele do fundador de Mégara Hibleia (Greco, 2008: 24; Vallet et al., 1976: 403 e ss.). Todos datados dos séculos VIII, VII e VI. Podemos entender que, nessas fundações novas, as *apoikias* ocidentais, esse discurso visual de legitimidade fosse mais vigoroso, ainda tendo em vista sua fundação *ex novo*. Discurso esse que adquiria aspectos materiais relevantes para a marcação da identidade do grupo e de seu direito ao território ocupado.

A organização ortogonal do espaço

A inclusão, a partir dos anos de 1980, das áreas 'coloniais' gregas, sejam aquelas do Mar Negro, sejam aquelas do Mediterrâneo Ocidental, na agenda de estudos sobre a origem e natureza da pólis enriqueceu sobremodo o debate, permitindo que se construísse um conhecimento mais amplo a respeito da formação sociopolítica criada pelos gregos antigos. Como sabemos, a movimentação de gregos em direção ao Mediterrâneo ocidental, a partir do século VIII, provocou a fundação de inúmeras *apoikias* que, por força, foram organizadas espacialmente de modo que todos os participantes da empreitada tivessem seus direitos preservados em termos de posse de terras e, conseqüentemente, de espaço para a sobrevivência. É comprovada arqueologicamente a instalação de grades ortogonais desde o início na maioria dessas fundações. A ortogonalidade da malha territorial denota uma organização espacial funcional e especializada. A planta ortogonal grega revela

o pacto social que fundamenta a organização do grupo: áreas públicas e de uso comum estão perfeitamente delimitadas; desde os séculos VIII ou VII, áreas pertencentes a divindades cujo culto promove a integração dos membros da comunidade também estão bem marcadas; e ficam marcados, inclusive, os lotes designados individualmente aos participantes do pacto. Assim, em um momento em que na Grécia continental são visíveis – materialmente falando – os primeiros passos dados em direção à criação da pólis, os gregos instalados no sul da Itália, da França e na Sicília, materializam a sua organização em um novo território pelo disciplinamento do espaço territorial.

A malha ortogonal percorrerá um longo trajeto na história da Grécia antiga: foi normatizada por Hipódamo de Mileto, no século V (cf. Arist., *Pol.*, V, 1268^a e X, 1331^a); foi aplicada em assentamentos de época clássica como o Pireu, Rodes, Túrio, Priene e Mileto; e conheceu um fabuloso sucesso em época helenística, quando foi refinada e aplicada nas fundações e refundações de cidades promovidas por Alexandre, o Grande, e por seus sucessores, monarcas helenísticos.⁶ Pode-se dizer que juntamente com o templo é outro elemento que marcou a helenidade e que esteve presente entre as pólis gregas desde sua formação.

Comentário

Procuramos mostrar, por meio do rápido panorama apresentado neste artigo, algumas das várias maneiras pelas quais a Arqueologia tem contribuído para a definição de pólis, para a cronologia de seu aparecimento e para o estabelecimento de sua natureza como organização sociopolítica na Grécia antiga.

O quadro que se desenha a partir desses estudos é aquele da formação de comunidades que se valiam da religião como instrumento de integração, ao mesmo tempo em que se mostravam intensamente preocupadas com a criação de uma identidade que fosse reconhecida e respeitada também pelos vizinhos. A arqueologia revela como a posse do território pela comunidade e pelo indivíduo e a marcação do direito ao seu uso fazia-se sentir tanto na instalação de templos fronteiros quanto no estabelecimento de grades ortogonais de repartição de lotes de uso comum, de uso dos deuses e de uso individual/familiar.

Bibliografia

- Alcock, S. (1991). Tomb Cult and the Post Classical Polis. *American Journal of Archaeology*, n. 95. p. 447-467.
- Antonaccio, C. (1999). Colonization and the Origins of Hero Cult. *Acta Instituti Atheniensis Regni Sueciae*. Series 8, XVI, Estocolmo. p. 109-121.

⁶ Cf. projeto do Laboratório de Estudos Sobre a Cidade Antiga, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Labeca/MAE/USP). Disponível em: <www.mae.usp.br/labeca>.

- Austin, M.; Vidal-Naquet, P. (1972). *Histoire économique e sociale de la Grèce Antique*. Paris: A. Colin.
- Bintliff, J. (1999). The Origins and Nature of the Greek City-State and its Significance for World Settlement History. in Ruby, P. *Le Princes de la Proto-histoire et l'émergence de l'état*. Naples: Centre Jean Bérard. p.43-56.
- Coldstream, N. (1976). Hero cults in the age of Homer. *Journal of Hellenic Studies*, n. 96, p. 8-17.
- Greco, E. (2008). *Magna Grecia*. Bari: Laterza.
- Hall, J. M. (2007). *A History of the Archaic Greek World*. Londres: Blackwell.
- Hansen, M. H. (2006). *Pólis*. An Introduction to the Ancient Greek City-State. Oxford: University Press.
- Marinatos, N. (1993). What were Greek Sanctuaries. A Synthesis. in Marinatos, N.; Hägg, R. *Greek Sanctuaries*. New Approaches. Londres: Routledge. 228-233.
- Martin, R. (1951). *Recherches sur l'agora grecque*. Paris: E. De Boccard.
- Polignac, F. de. (1995). *Cults, Territory and the Origins of the Greek City-State*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Snodgrass, A. M. (1981). *Archaic Greece*. The age of Experiment. Los Angeles: University of California Press.
- Snodgrass, A. M. (2006). *Archaeology and the emergence of Greece*. Ithaca: Cornell University Press.
- Vallet, G. (1968). La cité et son territoire. *Atti del Settimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, 8-12 out. 1967. Tarento: l'Arte Tipografica Napoli. p. 67-142.
- Vallet, G.; Villard, F.; Auberson, P. (1976). Le quartier de l'agora archaïque. *Megara Hyblaea*. v. 1. Roma: École Française de Rome.
- Whitley, J. (2005). *The Archaeology of Ancient Greece*. Cambridge: Cambridge University Press.